

9

ANÁLISE SOBRE A SECA DO NORDESTE

O nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados. A seca deste ano já é pior do que a do ano passado que também foi recorde.

Essa realidade, no entanto, não é isolada. A previsão das Nações Unidas, por exemplo, é de que até 2030 quase metade da população mundial estará vivendo em áreas com grande escassez de água. E esse é um problema que ocorre em todos os lugares, sejam países pobres ou ricos. Nos Estados Unidos, por exemplo, 2012 foi considerado o ano mais quente já registrado, enquanto na região do Sahel, na África, repetidas secas causam a escassez de alimentos.

Para o caso brasileiro, o consenso básico que existe sobre a maneira de enfrentar esse fenômeno climático inevitável é que a convivência com a seca só será possível através de obras hídricas estruturadoras: barragens, interligação de bacias a partir do São Francisco, infraestrutura para a agricultura irrigada e gestão permanente da água.

Quando se olha para o retrospecto dos últimos dez anos, vê-se que nenhuma barragem importante foi construída na região nordeste. As últimas foram a de Serrinha e a de Jucazinho, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

A transposição do rio São Francisco, que foi prometida como a redenção do semiárido, anda a passos lentos com interrupção da obra e degradação do que já foi construído. A retomada dos trabalhos só se deu após denúncias feitas pela Imprensa com grande repercussão no País.

Quanto ao socorro prometido pela presidente da República, anunciado com grande alarde, a maior parte dos recursos é para reescalonamento da dívida, não para a anistia, como também para a compra de máquinas e equipamentos, recursos que não se vê chegar aos municípios afetados. O ambiente no Nordeste é de desolação e de indignação.

Os estados nordestinos divulgaram um levantamento realizado pelas suas companhias de abastecimento e saneamento que evidenciam a gravidade da situação, como se pode ver a seguir:

Pernambuco: é o Estado com maior número de municípios atingidos. Segundo a Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), dos 185 municípios do Estado, 151 estão com algum tipo de déficit no abastecimento. Desses, 16 estão em colapso, sendo abastecidos por carros-pipa. O prolongamento da estiagem fez com que Recife e Jaboatão dos Guararapes (região metropolita-

na da capital) entrassem em sistema de racionamento desde o dia 1º de março, assim como outras cidades próximas à capital. De acordo com a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), a seca já provoca prejuízos da ordem de R\$ 1,5 bilhão na pecuária, com 72% de queda na produção de leite devido à mortalidade de mais de 168 mil animais afetando sobremaneira a economia da região.

Bahia: o estado enfrenta uma grande diminuição do nível dos mananciais utilizados para abastecimento, o que fez a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) adotar um racionamento em 53 municípios. A empresa lançou campanha recomendando que sejam instaladas caixas d'água com capacidade suficiente para atender as necessidades diárias de consumo.

Alagoas: 30 dos 102 municípios estão enfrentando rodízio por conta da seca, entre eles a capital Maceió, onde cinco bairros da parte alta enfrentam rodízio desde novembro de 2012. Segundo a Casal (Companhia de Saneamento de Alagoas), a situação mais crítica é na cidade Paulo Jacinto onde a barragem que abastece a cidade secou e toda população está sendo abastecida por carro-pipa. A empresa informou que, além da seca, problemas como furto de água e vandalismo também cooperam para que o problema seja agravado. A Companhia informou que já forneceu um bilhão de litros de água para os caminhões da Operação Pipa, com investimentos superiores a R\$ 3 milhões. O Estado tem um histórico de desastres naturais ligados à estiagem e à seca. As estiagens, se comparadas às secas, são menos intensas e caracterizam-se pela menor intensidade e por menores períodos de tempo. Já a seca, é caracterizada por longos períodos sem chuva e consequências severas para a região Nordeste. A seca que aflige dezenas de municípios alagoanos, matando animais e ameaçando a sobrevivência de milhares de famílias, é o problema mais grave que vem afetando a região e, por isso, objeto deste estudo da CNM. Segundo informações do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, entre os anos de 1991 a 2010, constatou-se uma quantidade de 2.655.501 pessoas afetadas em Alagoas, 2.371 pessoas enfermas e 38 desalojadas. Estes eventos adversos não acontecem de maneira bem distribuída, mas concentrada em determinadas áreas. A estiagem e a seca favorecem a considerável diminuição da carga d'água dos rios e o aumento de problemas na agricultura, gerando assim, sede e fome; favorece, também, de modo negativo, na dinâmica ambiental.

Rio Grande do Norte: Segundo a Caern (Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte), 14 cidades enfrentam colapso no Estado, todas ligadas à adutora Monsenhor Expedito. Segundo a empresa, a área urbana dessas cidades está sendo atendida por carros-pipa da Caern, da Defesa Civil e do Exército. Em Carnaúba dos Dantas, os moradores estão sendo atendidos por charizes instalados. Existem, ainda, 18 cidades que passam por algum tipo de dificuldade e enfrentam rodízio. Segundo a Caern, o rodízio foi iniciado em janeiro, com a chegada do verão, quando a Lagoa do Bonfim diminuiu a capacidade de armazenamento. A previsão é que o rodízio só termine quando a lagoa voltar à capacidade normal de vazão.

Ceará: a Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) afirma que seis cidades passam por rodízio ou são abastecidas por carro-pipa nos municípios de Itatira, Caridade, Quiterianópolis, Beberibe, Crateús e Pacoti. Uma cidade está em colapso: Beberibe, que fica no litoral cearense. Segundo a companhia, o abastecimento a partir da Lagoa da Uberaba está suspenso. Em Pacoti, uma área da cidade também está sem qualquer abastecimento. Até a entrega de faturas mensais foi suspenso. A Cagece informou que está perfurando poços para minimizar a situação. A companhia disse que está perfurando poços, construindo adutoras, trazendo a água de mananciais alternativos, disponibilizando carros-pipa. Segundo informações da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), 14 municípios do Estado do Ceará já se encontram em situação de colapso no que refere ao abastecimento nas sedes municipais. Outros 21 municípios entrarão em colapso até Setembro de 2013, caso se confirme a ausência de chuvas. Dos 500 km de adutoras necessários, o Governo do Estado só garantiu 98 km (para junho) para atender 9 municípios. O Exército Brasileiro atende 105 municípios com 756 carros-pipa. Nenhum dos 226 carros-pipa anunciados pelo Governo Federal em abril chegou até agora. A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil no Ceará (CEDEC) é responsável pelo atendimento de outros 73 municípios. Atualmente, atende 47 municípios com 105 carros-pipa (oferta insuficiente). A qualidade da água distribuída pela Operação Carro-pipa está em muitos casos contaminada conforme estudo realizado pela Secretaria da Saúde do Estado, reforçando a necessidade de adquirir as estações móveis de tratamento de água já propostas pela APRECE junto ao Comitê Integrado de Combate à Seca. Em 13 dos 20 municípios monitorados, se confirmou a contaminação da água.

Paraíba: a Cagepa (Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba) informou que nove cidades estão em racionamento e 22 em colapso total, sendo abastecidas por carros-pipa. Não há problema com os mananciais que abastecem João Pessoa e cidades litorâneas.

Piauí: a Agepisa (Águas e Esgotos do Piauí) disse que passa por problemas de abastecimento pelo baixo nível dos poços ou açudes, de onde é feito o abastecimento. Por conta da seca, quatro cidades estão com dificuldade de abastecimento. Na cidade de Fartura, o açude que abastecia os moradores secou e a Agepisa perfurou dois poços que ainda serão equipados e ligados à rede de abastecimento. No momento, o abastecimento é feito com dois poços perfurados pela prefeitura.

Sergipe: a Deso (Companhia de Saneamento do Sergipe) disse que as três cidades abastecidas pelo Sistema Integrado Piautinga enfrentam rodízio de 24 horas. As cidades com situação mais crítica são Boquim, Poço Redondo, Itabaianinha e Santo Amaro das Brotas, onde o nível dos rios está baixíssimo. Como forma de amenizar a situação, a Deso tem perfurado poços profundos e colocado carros-pipa a disposição dos moradores.

Em uma análise geral, a seca na região nordeste atinge 38% da população do semiárido, abrangendo em torno de 9 milhões de habitantes. As políticas públicas emergenciais do Governo Federal amenizam, mas não resolvem o problema. Auxílios como o bolsa-estiagem atendem em tor-

no de 1,5 milhão de sertanejos o que, na análise de especialistas, tem evitado um grande êxodo rural como se viu na grande seca dos anos 80.

O ideal seria a aplicação de políticas de longo prazo para se resolver o problema da seca, com investimentos em infraestrutura, como construção de barragens e cisternas, sendo que as que estão em andamento nos dias de hoje são insuficientes. Com isso, busca-se alternativas para o abastecimento de água. Há, por exemplo, em torno de 7 mil carros-pipa mantidos pelas prefeituras que muitas vezes arcam com custos que não seriam de sua responsabilidade, e sim do Estado ou da União.

Além desse contingente populacional atingido pela seca, a economia da região que já é frágil por conta da estiagem e que depende basicamente da atividade agrícola, vem sendo duramente afetada por essa seca prolongada. Com a morte do gado e a quebra da safra há perdas na produção e conseqüente aumento nos preços, gerando a inflação de preços dos produtos básicos, como milho, feijão, mandioca e leite. Com isso, a população vê minguar sua renda e seu poder de compra.

Deve-se salientar que além da inflação de preços dos produtos básicos, há o abuso de preço de serviços essenciais, como o do carro-pipa, cujo valor tem tido mais de 100% de aumento. Assim, o que se constata, é que mesmo nesse cenário de desolação e colapso, há aqueles que querem lucrar e acabam por criar a “indústria da seca”, explorando de forma impiedosa os mais necessitados e afetados pelo problema.

O Contexto Municipal

Quando a análise recai sobre a esfera municipal, tem-se uma situação bem mais dramática do que se pode imaginar, pois os municípios do Nordeste são em sua grande maioria mais dependentes das transferências federais, pois têm pouca base econômica para tributar seus impostos próprios. Assim, suas receitas são fortemente influenciadas pelas políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal para enfrentar a Crise Mundial; as desonerações de impostos fazem com que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tenha retração e provocam quedas significativas na arrecadação destes entes.

No ano de 2012 as desonerações de Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para vários setores da economia chegaram à soma de R\$ 7,1 bilhões, com um impacto no FPM de R\$ 1,6 bilhão. Nos nove estados do Nordeste este valor chegou a R\$ 597 milhões.

Em 2013, as mesmas políticas foram prorrogadas e outros setores foram agregados, com uma estimativa de R\$ 4,3 bilhões e um impacto no FPM de pouco mais de R\$ 1 bilhão; nos municípios do nordeste o impacto é de R\$ 355 milhões.

O Governo Federal adotou a política salutar e meritória de aumentos reais do Salário Mínimo, o que causou uma grande transferência de renda e ajudou a mitigar um pouco as desigualdades regionais, mas os municípios nordestinos são em sua grande maioria os grandes empregadores em suas cidades. Há um contingente de 4.845.017 servidores nos municípios nordestinos (2011) sendo que, destes, 1.523.800 recebem até 1,5 salário mínimo, uma proporção de 31,45% do total.

A cada aumento real do SM o impacto nas folhas de pagamento é enorme, influenciando fortemente as finanças municipais. Nos últimos anos o valor foi de R\$ 2,6 bilhões.

Outro problema que aflige os gestores municipais são as obras de convênios com o Governo Federal que estão paradas e/ou pendentes de pagamento. No Nordeste, em 2012, havia o montante de R\$ 8,8 bilhões referentes a 20.553 empenhos inscritos nos 'restos a pagar' do Orçamento Geral da União (OGU).

Há algumas legislações aprovadas pelo Congresso Nacional que impactaram muito na administração municipal, sobretudo a Lei do Piso Nacional do Magistério, que somente em 2012 acarretou um impacto de R\$ 2,3 bilhões nas folhas de pagamento dos municípios nordestinos. Em quatro anos esta lei fez crescer o piso em 52,29%, comprometendo quase todos os recursos do FUNDEB somente com o pagamento de salários.

Os municípios do Nordeste nos últimos dez anos (2003 a 2013) tiveram homologadas 9.260 portarias pelo Ministério da Integração Nacional de Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência, sendo que 7.356 são relacionadas à seca.

Tabela 1 – Total de Portarias Reconhecidas

Total de Portarias Reconhecidas

UF	Situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
AL	SE	123	29	26	15	33	65	51	34		36	42	454
BA	SE	77		2	10	46	118	46	225	44	264	474	1.306
CE	SE	89	3	192	273	236	95	56	82	7	353		1.386
MA	SE								27		73		100
PB	SE	131		180	89	281	92	11	45	11	196	199	1.235
PE	SE	119		24	56	124	77	69	94	11	240	69	883
PI	SE	55		144	53	147	53	1	111	4	198	188	954
RN	SE	102		45	52	154	75	12			142	147	729
SE	SE	40		9	4	1	14	16	10	5	38	30	167
CE	ECP	1											1
PB	ECP	141											141
Total		878	32	622	552	1.022	589	262	628	82	1.540	1.149	7.356

SE - Situação de Emergência

ECP - Estado de Calamidade Pública

Das 7.356 portarias relacionadas à seca, três estados, a saber, Bahia, Ceará e Paraíba se destacam com números expressivos de portarias. Esses dados demonstram que desde 2003 os estados do Nordeste vêm sofrendo cada vez mais com os danos causados pela seca prolongada e que as soluções não chegam à mesma proporção dos estragos provocados.

Em resumo, esta série de fatores expostos aqui demonstra a fragilidade financeira dos municípios nordestinos para enfrentar o problema da seca. Por isso, é imperioso que os Governos Estaduais e o Governo Federal possam prestar ajuda mais efetiva a este ente que está na ponta e que tem que atender ao anseio e às demandas de que a população precisa, sobretudo, no que se refere à água e condições mínimas para produzir riquezas.

Procura-se avaliar como os recursos federais são utilizados para fazer frente às diversas calamidades que constantemente assolam o Brasil. No período de janeiro de 2003 a abril de 2013 foram gastos R\$ 9,7 bi em ações de defesa civil, em valores de março de 2013, corrigidos pelo IPCA. Sendo que a maior parte foi aplicada nos últimos três anos. Só em 2010, ano de maior gasto, a União desembolsou cerca R\$ 2,8 bi.

Na tabela a seguir são apresentadas as despesas por ano e por modalidade de aplicação. Percebe-se que, no período, a maior parte dos recursos foi aplicada de forma direta pela União, para os Governos Estaduais em seguida pelas aplicações diretas e posteriormente os Governos Municipais.

Recursos da União aplicado na função defesa civil, corrigido pelo IPCA de março de 2013

Modalidade Aplicação	2013*	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Aplicações Diretas	201.513	454.481	431.996	535.857	515.773	341.483	158.699	70.198	84.266
Transf. Estado	112.722	536.063	549.751	1.354.020	1.004.116	198.231	61.931	9.989	-
Transf. Municípios	54.895	238.433	341.082	987.081	361.217	225.949	326.804	134.289	28.124
Outros	3.627	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	372.758	1.228.977	1.322.829	2.876.958	1.881.106	765.664	547.434	214.476	112.390

BASE: MILHARES DE REAIS
PARA 2013, DADOS ATÉ ABRIL/2013

Observa-se que a partir de 2005, houve uma mudança na política de execução, sendo que a resposta e prevenção de desastres passou a ser realizada mais através de transferência a Estados e Municípios do que por meio de aplicação direta. Veja representação gráfica abaixo. Esse pode ser um indicativo do reconhecimento por parte da União de que os entes sub-nacionais são mais eficientes para o combate a calamidades.

Repassse da União aplicado na função defesa civil - por programa - corrigidos pelo IPCA de março de 2013

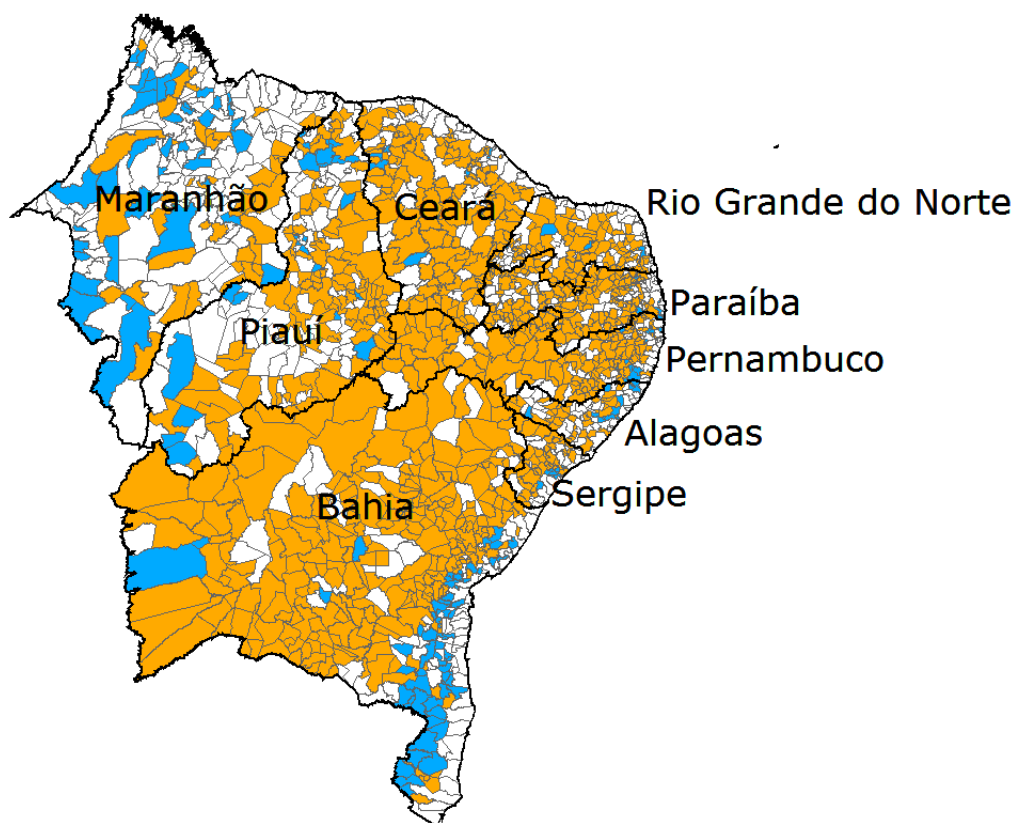
Programa	Prevenção a Desastres	Resposta a Desastres
2013	14.466.184	30.998.624
2012	86.187.524	546.581.271
2011	171.612.359	1.156.371.136
2010	192.885.885	2.691.588.595
2009	169.643.836	1.716.940.190
2008	144.629.319	625.307.802
2007	72.849.336	477.681.724
2006	31.213.607	182.598.203
2005	1.758.347	70.832.283

Considerando os anos de 2005 a 2013 (até abril), os recursos com resposta a desastres foram mais eficientes nos anos de 2009 a 2011, onde foram observados os maiores repasses aos municípios. Já o gasto com prevenção vem sofrendo oscilações ao longo dos anos, mostrando que o governo central concentra mais os seus gastos em resposta a desastres do que com prevenção.

Em resumo, esta série de fatores expostos demonstra a fragilidade financeira dos municípios nordestinos para enfrentar o problema da seca. Por isso, é imperioso que os Governos Estaduais e o Governo Federal possam prestar ajuda mais efetiva a este ente que está na ponta e que tem que atender ao anseio e às demandas de que a população precisa, sobretudo, no que se refere à água e condições mínimas para produzir riquezas.

Resultados de Pesquisa sobre a Seca nos Municípios Nordestinos

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou pesquisa junto aos gestores municipais para obter informações sobre os problemas que esta seca prolongada está acarretando aos municípios. A pesquisa foi realizada no período de 08/04 a 02/05 junto aos 1.793 municípios do Nordeste brasileiro, dos quais se obteve respostas de 1.164 (65%) distribuídos nos nove estados nordestinos.



Distribuição da amostra da pesquisa:

Quantidade Municípios

UF	Total	Pesquisados	%
AL	102	53	52%
BA	417	320	77%
CE	184	124	67%
MA	217	81	37%
PB	223	163	73%
PE	184	144	78%
PI	224	130	58%
RN	167	98	59%
SE	75	51	68%
Total	1.793	1.164	65%

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa e pode-se perceber que as respostas obtidas estão sempre acima de 50% em cada um dos Estados, com exceção do Estado do Maranhão onde houve grandes problemas de contato com os gestores municipais.

QUESTÕES:

A pesquisa inicia mostrando que 86% dos gestores municipais entrevistados indicaram que seu município enfrenta o problema da seca, com todas as suas conseqüências e mazelas. Percebe-se o grande alcance dos prejudicados pela falta de chuva, gerando uma situação de desolação para a população, com conseqüentes reflexos para a economia local.

1. Seu município enfrenta problemas com a seca?		
998	Sim	86%
166	Não	14%
1.164	Total	

Além da falta de recursos causada pela queda na arrecadação dos impostos federais, dos municípios que estão com problemas relacionados à seca nada menos que 73,3% têm gastos mensais com compra de água, sendo que 43% despendem até R\$ 50 mil, 25% de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, 10% gastam acima de R\$ 100 mil mensais.

2. Devido ao problema da seca, qual o gasto mensal da Prefeitura com a compra de água?		
407	Abaixo de R\$ 50.000,00	43%
235	De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	25%
90	Acima de R\$ 100.000,00	10%
215	Não compra água....	23%
947	Total	

O Exército Brasileiro é parceiro do Governo Federal na distribuição de água aos municípios afetados pela seca. A questão abaixo mostra essa realidade, sendo que os entrevistados na pesquisa indicam que 40% de seus municípios são atendidos pelo Exército na distribuição de água e, por conseguinte, 32% são atendidos por serviços terceirizados.

3. A distribuição da água é feita por/pelo:		
378	Serviço terceirizado.....	32%
485	Exército.....	40%
336	Outro.....	28%
0	Nome do outro distribuidor	
1.199	Total	

Como equipamento na distribuição de água, o caminhão-pipa é fundamental nessa logística e é o que indica o resultado da questão abaixo, onde 85% dos entrevistados mostraram que seus municípios são atendidos por eles para se ter o acesso à água, totalizando 38.814 de unidades no atendimento aos municípios.

4. Como é feita a distribuição da água?		
826	Caminhão-pipa...	85%
146	Adução.....	15%
972	Total	
38.814	Quantos caminhões-pipa atendem seu município?	

Chama muito a atenção que 55% da água distribuída é exclusivamente para o consumo humano; em 30% dos pesquisados 75% são para o consumo humano e 25% para o consumo de animais; em 13% a água é distribuída meio a meio e para 3% a água é mais direcionada para o consumo animal.

5. Qual o percentual distribuído para o consumo?		
515	100% humano....	55%
280	75% humano, 25% animal....	30%
120	50% humano, 50% animal....	13%
17	25% humano, 75% animal....	2%
5	100% animal..	1%
937	Total	

O Governo Federal tem prometido, ao longo dos anos, a oferta de cisternas ou condições para a construção das mesmas. O que se percebe na pesquisa, é que 21% dos entrevistados indicam que em seus municípios não há cisternas, o que para o entendimento da CNM é um percentual alto e que mostra a carência dos municípios nordestinos. Há, no total dos pesquisados, 762 mil cisternas.

6. Seu município possui cisternas para enfrentar o problema?		
761	Sim....	79%
200	Não....	21%
961	Total	
762.873	Quantas cisternas possui?	

Uma das principais conseqüências da seca é a fome que a população tem que enfrentar. Com isso, as prefeituras muitas vezes têm que arcar com o fornecimento de alimentos para a população. Desta forma, a pesquisa mostra que 33% dos entrevistados indicam que suas prefeituras são

responsáveis pela distribuição de cestas básicas à população e, assim, amenizar a fome e a penúria. A maioria dos entrevistados, 67%, indica que as prefeituras distribuem até 500 cestas básicas por mês, conforme mostrado abaixo:

7. Há a distribuição de cestas básicas com recursos da Prefeitura para a população atingida pela seca?		
307	Sim	33%
635	Não	67%
942	Total	

Quantas cestas básicas, com recursos da prefeitura, são distribuídas por mês no seu município?		
99	0 a 100	34%
108	101 a 500	38%
43	501 a 1000	15%
19	1001 a 2000	7%
18	Acima de 2000	6%
287	Total	

A seca tem devastado as frágeis economias dos municípios do semiárido que convivem com a estiagem e, um dos setores mais sensíveis, é o agropecuário. Assim, observou-se que 91,8% dos municípios declararam que perderam cabeças de gado, ovinos e caprinos, sendo que 24% indicaram que as perdas foram até 50 cabeças, 24% até 100 cabeças e 52% acima de 100 cabeças, demonstrando o grande prejuízo que a seca traz às comunidades.

8. Qual a estimativa de perdas com relação ao rebanho de bois, cabras e outros animais (em cabeças)?		
224	0 a 50.....	24%
217	51 a 100.....	24%
476	Acima de 100.	52%
917	Total	

Nos pequenos municípios a população tem em suas prefeituras o único ponto de contato para apresentar suas demandas. Nesse caso de devastação em decorrência da falta de chuvas, a pesquisa mostra que, em média, 55 mil pessoas procuram as prefeituras para apresentar alguma necessidade e buscar ali alguma solução para seus problemas.

9. Qual a quantidade média de moradores que procuram a Prefeitura diariamente, por conta da seca?

55.358	Moradores, em média, que procuram a prefeitura diariamente
--------	--

Enquanto no Brasil a taxa média de desemprego está em 5,6% (IBGE, fev/2013), em municípios do Nordeste pode chegar a 20%, como mostram os dados fornecidos pela maioria dos pesquisados. Esse dado é extremamente relevante, pois reflete os danos sociais provocados pela seca. Com o rebanho minguando e a produção agrícola praticamente inexistente, os trabalhadores não têm o que fazer e, muitas vezes, têm que sair de suas terras em busca de oportunidades.

10. Qual a taxa de desemprego no município?

53	Abaixo de 5%	6%
177	De 5% a 20%	19%
695	Acima de 20%	75%
925	Total	

Quando há um longo período de seca uma consequência marcante é o êxodo rural. Por isso, a CNM, através desta pesquisa, quis mensurar essa situação. Assim, percebe-se que a grande maioria, 80% dos entrevistados, indicou que está havendo a migração de sua população para outras localidades em virtude da seca, em busca de melhores condições de vida.

11. Existe a migração de moradores para outros municípios e/ou estados por causa da situação atual?

754	Sim	80%
192	Não	20%
946	Total	

Sobre a questão de assistência à saúde, 70% dos municípios pesquisados indicam que recebem medicamentos por parte de outros entes para distribuir à população e 30% indicam que não recebem. Mais uma vez, esse indicador mostra a carência de apoio por que passam esses municípios. Desses, 60% indicam que os medicamentos não chegam em quantidade suficiente para atender à demanda da população de suas cidades, como indicam as tabelas abaixo:

12. A Prefeitura recebe medicamentos para distribuir à população?

647	Sim	70%
274	Não	30%
921	Total	

Chegam em quantidade suficiente?		
256	Sim....	40%
384	Não....	60%
640	Total	

Como é sabido, os municípios têm tido perdas significativas com a seca. Para 91,5% dos municípios pesquisados, há perdas mensais importantes. Destes, 12% indicam uma perda de até R\$ 50 mil; 33% indicam uma perda de R\$ 50 mil até R\$ 100 mil e 55% mostram prejuízos acima de R\$ 100 mil mensais.

13. Qual o prejuízo mensal estimado com a seca no seu município?		
112	Abaixo de R\$ 50.000,00...	12%
298	De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00...	33%
503	Acima de R\$ 100.000,00..	55%
913	Total	

Em muitas situações, os municípios não têm o apoio dos governos federal e estadual, embora seja divulgado que existem projetos e programas de auxílio. Como visto na tabela abaixo, 57% dos gestores pesquisados indicam que não estão recebendo auxílio dos seus governos estaduais para enfrentar o problema e 43% indicam que recebem.

14. O município recebeu ou está recebendo auxílio do Governo Estadual para enfrentar o problema?		
404	Sim....	43%
534	Não....	57%
938	Total	

15. O município recebeu ou está recebendo auxílio do Governo Federal para enfrentar o problema?		
393	Sim....	43%
525	Não....	57%
918	Total	

Neste caso, somente 11% relatam que recebem auxílio de outros órgãos para enfrentar o problema e 89% não recebem nenhum outro auxílio.

16. O município recebeu ou está recebendo auxílio de outros órgãos para enfrentar o problema?		
99	Sim....	11%
825	Não....	89%
924	Total	

Em abril deste ano o Governo Federal apresentou projeto de fornecimento de equipamentos para os municípios do Nordeste para amenizar os problemas com a seca, porém, conforme mostrado na pesquisa da CNM, 58% ainda não recebeu os equipamentos prometidos, quais sejam: motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhão-caçamba e caminhão-pipa.

17. Seu município recebeu recursos do PAC Equipamentos?		
387	Sim....	42%
536	Não....	58%
923	Total	

Sobre os programas de assistência oferecidos pelo Governo Federal, 52% dos entrevistados indicam que mais de 200 pessoas recebem o Bolsa-estiagem em seus municípios.

18. Quantos habitantes são beneficiados pela Bolsa Estiagem?		
218	De 0 a 50....	26%
82	De 51 a 100....	10%
114	De 101 a 200..	13%
440	Acima de 200.	52%
854	Total	

Observa-se, abaixo, que somente em 5% dos municípios havia a indicação de frentes de trabalho promovidas pelo governo estadual para movimentar a economia local.

19. Em seu município existe alguma frente de trabalho promovida pelo Governo Estadual?		
46	Sim....	5%
885	Não....	95%
931	Total	

Finalizando a pesquisa e em relação à oferta dos programas do Governo Federal, somente 4% dos municípios nordestinos pesquisados indicaram que há frentes de trabalho promovidas para enfrentamento dos problemas relacionados à seca, evidenciando, mais uma vez, que muitas das

promessas dos governos estadual e federal não chegam na ponta, ou seja, no município que é o ente mais necessitado de recursos da administração pública e onde vivem os cidadãos.

20. Em seu município existe alguma frente de trabalho promovida pelo Governo Federal?		
35	Sim....	4%
886	Não....	96%
921	Total	

Conclusão

O que esta pesquisa realizada pela CNM indica é que a situação é extremamente grave nos municípios do nordeste brasileiro, assim como já vem sendo noticiado, e muito pouco está se fazendo por parte dos outros entes da federação para auxiliar os já combalidos municípios que tem que dar conta sozinhos das demandas e anseios de sua população, como também de seus agentes econômicos.

Deve-se buscar, especificamente, o fim da burocracia que envolve o atendimento de municípios em situações de emergência, como também a descentralização dos recursos da União. Medidas como a ampliação do período de renúncia fiscal do IPI, por exemplo, que vai até o final de 2013, prejudicam sobremaneira os municípios em geral e, principalmente, os afetados pela seca.

Já não se admite mais que haja tanta demora em solucionar um problema que já deveria ter sido resolvido com prioridade.

A seguir, é apresentada a Carta de Maceió, documento elaborado pelas associações municipalistas do Nordeste que estão mobilizadas em buscar soluções para essa situação de calamidade.

CARTA DE MACEIÓ

Os presidentes das Entidades Municipalistas do Nordeste, diante do quadro duríssimo por que passa a população Nordestina, que enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos, reconhecem as ações implementadas até agora, entretanto lamentam a não inclusão dos municípios como agentes executores e demonstram sua insatisfação diante da falta de respostas do Governo Federal a reivindicações já feitas e que, se implementadas, já poderiam ter mudando a triste e cruel realidade por que passam quase 10 milhões de pessoas de forma direta.

Atualmente mais de 1.400 municípios de nove Estados já declararam situação de emergência em 2013, representando 22% das cidades brasileiras.

O cenário de miséria, fome e perdas na agropecuária continua inalterado, impactando negativamente em todo o país, pressionando o índice inflacionário e provocando o desabastecimento de produtos da cesta básica, mesmo com as chuvas ocasionais que têm caído em parte no Nordeste. Além dos prejuízos nas lavouras e criações, a demanda assistencial tem aumentado sem contrapartida financeira. Pelo contrário, o Fundo de participação dos Municípios- FPM, já é menor que o mesmo período de 2012, em contraponto ao aumento constante dos compulsórios.

Os presidentes das Entidades reivindicam mais desburocratização, ações emergenciais e estruturantes, em parceria com os municípios, para que os mesmos passem de meros expectadores a agentes ativos desse processo e possam devolver ao Nordeste e sua brava gente, opções de vida, trabalho e a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento da Nação.

Nas ações emergências os municípios reivindicam:

- LIBERAÇÃO IMEDIATA DE RECURSOS FINANCEIROS, CORRESPONDENTE A, NO MINIMO, UMA COTA MÉDIA DO FPM DE 2012, VIA CARTÃO DE PAGAMENTO DA DEFESA CIVIL;
- LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE JÁ CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL COM OS MUNICÍPIOS NORDESTINOS E QUE SE ENCONTRAM BLOQUEADOS E/OU INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR DESCONSIDERANDO A INSCRIÇÃO NO CAUC;
- SUSPENSÃO IMEDIATA DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS DE PRODUTORES;
- CONTRATAÇÃO DE CARRO PIPA PELO MUNICÍPIO COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTAÇÃO MÓVEL DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CUMPRIMENTO DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1/2012/MI/MD.
- PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS;

- COMPRA DE RAÇÃO ANIMAL;
- CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA DESASSOREAMENTO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE AÇUDES;
- REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA FORÇA NACIONAL DE MERGÊNCIA/SECA.

Nas ações estruturantes, implantação de uma política pública de convivência com os efeitos da seca priorizando:

- APRECIÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO A SEREM APRESENTADOS PELOS MUNICÍPIOS PARA AÇÕES HÍDRICAS E DE MANUTENÇÃO DO REBANHO;
- CONSIGNAÇÃO PERMANENTE DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO POR MUNICÍPIO, DURANTE CINCO ANOS, PARA AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM A SECA;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA FEDERAL PARA O CULTIVO DE FORRAGENS DE FORMA ESTRATÉGICA PARA SERVIR COMO RESERVA ALIMENTAR;
- DESTINAÇÃO DE PARTE DOS RECURSOS DO PAC/SECA SEJAM CONTRATADOS DIRETAMENTE COM OS MUNICÍPIOS.

Marcelo Beltrão
Presidente

Arinaldo Antônio Leal
Presidente APPM

Quitéria Mendes de Jesus
Presidente UPB

Luiz Benes Leucádio
Presidente FEMURN

Adriana Pinheiro Barbosa
Presidente APRECE

Antônio da Fonseca Dória
Presidente AMURCES

Gilliano Fred Nascimento Cutrim
Presidente FAMEM

Antônio Fernandes Rodrigues
Presidente FAMES

Rubéns Germano Costa
Presidente FAMUP

Fábio Henrique Santana
Associação Dos Municípios da Barra do Cotinguiba e Vale do Japarutuba.

José de Coimbra Patriota Filho
Presidente AMUPE

Aguifaildo Lira Dantas
Presidente AMSSEC